

Cada um dos itens da prova objetiva está vinculado ao comando que imediatamente o antecede. De acordo com o comando a que cada um deles esteja vinculado, marque, no cartão-resposta, para cada item: o campo designado com o **código C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o **código E**, caso julgue o item **ERRADO**.

A marcação de acordo com o gabarito valerá + **1,00 (um ponto positivo)**. A marcação em desacordo com o gabarito valerá - **1,00 (um ponto negativo)**. A ausência de marcação ou a marcação de ambos os campos não serão apenadas, ou seja, não receberão pontuação negativa. Para as devidas marcações, use o cartão-resposta, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Texto para os itens de 1 a 10.

Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT): uma luta de mais de quatro décadas

1 Há mais de quatro décadas que um grupo
de técnicos iniciou um trabalho pela regulamentação
profissional da categoria – Lei n.º 5.524/1968 e Decreto
4 n.º 90.922/1985, e a criação do conselho próprio. Em
26 de março de 2018, a sanção presidencial da Lei
n.º 13.639/2018 representa não somente mais uma
7 conquista histórica, mas principalmente a concretização
de um ciclo político e o início de uma nova época,
com mais segurança à sociedade e valorização
10 profissional para milhões de técnicos, devidamente
reconhecidos como profissionais imprescindíveis para o
desenvolvimento do País.

Internet: <www.crt01.gov.br> (com adaptações).

Considerando o texto e os seus aspectos linguísticos,
estruturais e de conteúdo, julgue os itens de 1 a 10.

- 1 A expressão “de técnicos” (linha 2) deve ser classificada como uma locução adjetiva, ligada ao núcleo substantivo “grupo” (linha 1).
- 2 A palavra “imprescindíveis” (linha 11) poderia ser substituída, sem prejuízo ao sentido original do texto, por **dispensáveis**.
- 3 A preposição “pela” (linha 2), nesse contexto, poderia ser substituída por **em defesa da**, sem prejuízo ao sentido original do texto.
- 4 Na linha 1, a forma do verbo “haver” possui um sujeito na terceira pessoa do singular.
- 5 A expressão “não somente mais uma conquista histórica, mas principalmente” (linhas 6 e 7) indica uma ideia de adição.
- 6 O texto permite concluir que o processo de regulamentação profissional dos técnicos industriais, como devido reconhecimento da sanção presidencial, durou aproximadamente cinco décadas.
- 7 A expressão “do conselho próprio” (linha 4) funciona como adjunto adnominal.
- 8 O termo “um trabalho pela regulamentação profissional da categoria” (linha 2 e 3) é uma oração subordinada substantiva objetiva direta.

- 9 Considerando-se o trecho “com mais segurança à sociedade e valorização profissional para milhões de técnicos” (linhas 9 e 10), estaria correta a seguinte reescrita, sem prejuízo ao sentido original nem à correção gramatical do texto: **com mais segurança ao cidadão e valorização profissional para milhões de técnicos**.

- 10 A palavra “técnicos” (linha 2) tem valor adjetivo.

Texto para os itens de 11 a 20.

CRT-01 realiza ação de fiscalização preventiva e orientativa no estado de Roraima

1 O Conselho Regional dos Técnicos Industriais da
1.ª Região (CRT-01) realiza nesta semana, do dia 4 até 8 de
dezembro, ação de fiscalização preventiva e orientativa
4 em Bonfim, Caracaraí, Rorainópolis, municípios do Estado
de Roraima.

Nesta ação, a atuação da equipe de Fiscalização
7 da autarquia visa a conscientização sobre a importância
do cumprimento das normas e das regulamentações
tanto para os técnicos individuais quanto para as
10 empresas que atuam no segmento.

Durante as visitas de fiscalização, serão
verificados aspectos como a documentação das empresas,
13 incluindo registros, profissional registrado, o termo de
responsabilidade técnica (TRT) de cargo e função e obra
e serviço. Caso sejam identificadas irregularidades, serão
16 fornecidas orientações e recomendações para que as
empresas possam corrigir todas as questões.

Internet: <www.crt01.gov.br> (com adaptações).

Com base na leitura do texto, julgue os itens de 11 a 20.

- 11 A expressão “nesta” (linha 2) refere-se a um período de tempo fora do texto.
- 12 O termo “Caso” (linha 15) é uma conjunção subordinativa adverbial concessiva.
- 13 O trecho “ação de fiscalização preventiva e orientativa em Bonfim, Caracaraí, Rorainópolis, municípios do estado de Roraima” (linhas de 3 a 5) poderia ser corretamente reescrito, sem prejuízo ao sentido original nem à correção gramatical do texto, da seguinte maneira: **ação de fiscalização preventiva e orientativa em Bonfim, Caracaraí, Rorainópolis, cujos municípios são do estado de Roraima**.

- 14 O trecho “Caso sejam identificadas irregularidades, serão fornecidas orientações e recomendações para que as empresas possam corrigir todas as questões” (linhas de 15 a 17) apresenta ecos, que são repetições sonoras desagradáveis e, para corrigir esse problema, uma reescritura possível seria: **Caso sejam identificadas irregularidades, orientará as empresas e fará recomendações, para que elas possam corrigir todos os problemas.**
- 15 No trecho “Durante as visitas de fiscalização, serão verificados aspectos como a documentação das empresas” (linhas 11 e 12), há uma locução verbal com verbo principal no futuro e na voz passiva analítica.
- 16 No trecho “Nesta ação, a atuação da equipe de Fiscalização da autarquia visa a conscientização sobre a importância do cumprimento das normas” (linhas de 6 a 8), há um erro de concordância verbal.
- 17 A expressão “Durante as visitas de fiscalização” (linha 11) funciona como adjunto adverbial de tempo.
- 18 O termo “da equipe” (linha 6) funciona como complemento nominal.
- 19 A oração “para que as empresas possam corrigir todas as questões” (linhas 16 e 17) deve ser classificada como subordinada adverbial final.
- 20 A preposição “sobre” (linha 7) introduz um valor semântico de assunto.

Quanto aos anagramas da palavra VIOLETA, julgue os itens de 21 a 24.

- 21 Ao todo, são $2^4 \cdot 3^2 \cdot 5 \cdot 7$ anagramas.
- 22 Mais de 3% dos anagramas possuem as vogais e as consoantes alternadas.
- 23 O número de anagramas que começa com V e termina por com é igual ao número de comissões de 3 membros que podem ser formadas a partir de um conjunto de 10 pessoas.
- 24 Selecionando-se um desses anagramas ao acaso, a probabilidade de ele começar ou terminar em consoante é de $\frac{6}{7}$.

Admitindo-se que as proposições “Fernando é palmense” e “Gabriel tem olhos verdes” são verdadeiras e que a proposição “Helena é virginiana” é falsa, julgue os itens de 25 a 27.

- 25 A proposição “Se Fernando é palmense, então Helena não é virginiana” é verdadeira.
- 26 A proposição “Se Helena é virginiana, então Gabriel tem olhos verdes” é falsa.
- 27 A proposição “Se Igor é corajoso, então Fernando é palmense” é necessariamente verdadeira.

Em um *show* de *rock*, 120 pessoas foram entrevistadas para compreender suas preferências musicais entre as bandas Beatles e Rolling Stones. Ao término das entrevistas, revelou-se que:

- o número de entrevistados que são fãs tanto dos Beatles quanto dos Rolling Stones é três vezes maior que o número daqueles que são fãs apenas dos Rolling Stones;
- $\frac{11}{15}$ dos entrevistados afirmaram ser fãs dos Beatles; e
- $\frac{1}{6}$ dos entrevistados afirmaram não ser fãs de nenhuma das duas bandas.

Com base nessa situação hipotética, julgue os itens de 28 a 30.


- 28 Um décimo dos entrevistados são fãs exclusivamente dos Rolling Stones.
- 29 64% dos entrevistados são fãs de apenas uma das bandas.
- 30 O menor múltiplo comum entre o número de entrevistados que são fãs tanto dos Beatles quanto dos Rolling Stones e o número de entrevistados que não são fãs de nenhuma das duas bandas é igual a 720.



RASCUNHO

Nos itens que avaliem conhecimentos de informática, a menos que seja explicitamente informado o contrário, considere que: todos os programas mencionados estejam em configuração-padrão, em português; o *mouse* esteja configurado para pessoas destros; expressões como **clicar**, **clique simples** e **clique duplo** refiram-se a cliques com o botão esquerdo do *mouse*; e **teclar** corresponda à operação de pressionar uma tecla e, rapidamente, liberá-la, acionando-a apenas uma vez. Considere também que não haja restrições de proteção, de funcionamento e de uso em relação aos programas, arquivos, diretórios, recursos e equipamentos mencionados.

Quanto aos conceitos básicos e modos de utilização de tecnologias, ao programa Microsoft Word 2013 e aos conceitos de redes de computadores, julgue os itens de **31** a **35**.

- 31** O protocolo de comunicação de rede, um domínio, um subdomínio e a extensão são elementos que fazem parte das URLs.
- 32** O Word 2013, ao ser iniciado, exibe para o usuário uma lista dos documentos utilizados recentemente na coluna da esquerda.
- 33** As ações de habilitar e desabilitar os botões na barra de ferramentas de acesso rápido do Word 2013 são bloqueadas por padrão. Contudo, é possível realizar essas ações por meio do seguinte procedimento: clicar com o botão direito do *mouse* sobre o botão  e, seguida, selecionar a opção “desbloquear botões”.
- 34** A topologia em estrela é considerada uma topologia pouco resistente a falhas, pois a interrupção de um único dispositivo é suficiente para interromper todo o funcionamento da rede, ou seja, afeta todos os outros dispositivos (nós).

- 35** As principais funções de um protocolo de roteamento, em uma WAN (*Wide Area Network*), são acelerar a transmissão de dados entre os dispositivos e criptografar esses dados para garantir a segurança.

Em relação ao programa de navegação Mozilla Firefox, em sua versão mais atual, ao programa de correio eletrônico Microsoft Outlook 2016 e aos *sites* de busca e pesquisa na Internet, julgue os itens de **36** a **40**.

- 36** Para garantir a conectividade do computador à Internet, o Firefox não permite que o usuário realize a configuração manual de *proxy* por meio do próprio navegador, uma vez que essa configuração somente pode ser feita diretamente no sistema operacional.
- 37** O usuário do Firefox, ao usar os contêineres multicontas (extensão), pode categorizar sua navegação com base na finalidade e criar, por exemplo, guias destinadas ao trabalho, às compras e à navegação pessoal.
- 38** O catálogo de endereços do Outlook 2016 é uma coleção de catálogos ou listas de endereços criados com base nas pastas de contato desse programa de correio eletrônico.
- 39** Uma desvantagem do Bing, em relação ao Google, é que ele não permite salvar resultados da pesquisa para a visualização em outro dispositivo.
- 40** No *site* de pesquisa Bing, o usuário pode encontrar as notícias mais populares e obter notícias por categoria, como tecnologia, negócios e política.

CONHECIMENTOS COMPLEMENTARES

A respeito da Lei n.º 8.429/1992 e suas alterações, julgue os itens de **41** a **50**.

- 41** O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutela a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social.
- 42** O exercício da função ou o desempenho de competências públicas, ainda que sem comprovação de ato doloso com fim ilícito, não afasta a responsabilidade por ato de improbidade administrativa.
- 43** Não se aplicam ao sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.
- 44** Independentemente de integrarem a administração indireta, estão sujeitos às sanções legais os atos de improbidade praticados contra o patrimônio de entidade privada para cuja criação ou custeio o erário haja concorrido ou concorra em seu patrimônio ou receita atual, limitado o ressarcimento de prejuízos, nesse caso, à repercussão do ilícito sobre a contribuição dos cofres públicos.
- 45** As sanções do sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa aplicar-se-ão à pessoa jurídica mesmo nos casos em que o ato ilícito seja também sancionado como ato lesivo à Administração Pública, nos termos da lei própria.
- 46** Se houver indícios de ato de improbidade, a autoridade que conhecer dos fatos representará ao Ministério Público competente, para as providências necessárias.
- 47** Nos termos da Convenção das Nações Unidas contra a Corrupção, haverá improbidade administrativa independentemente da comprovação de que a conduta funcional do agente público tinha fim de obter proveito ou benefício indevido para si ou para outra pessoa ou entidade.
- 48** Não será configurada improbidade a mera nomeação ou indicação política por parte dos detentores de mandatos eletivos, sendo necessária a aferição de dolo com finalidade ilícita por parte do agente.

- 49** Na responsabilização da pessoa jurídica, deverão ser considerados os efeitos econômicos e sociais das sanções, de modo a viabilizar a manutenção de suas atividades.
- 50** Para efeitos de contagem do prazo da sanção de suspensão dos direitos políticos, não se computará retroativamente o intervalo de tempo entre a decisão colegiada e o trânsito em julgado da sentença condenatória.

Acerca da Lei n.º 9.784/1999, no que diz respeito ao processo administrativo no âmbito da Administração Pública federal, julgue os itens de **51** a **55**.

- 51** Um órgão administrativo e seu titular poderão, se não houver impedimento legal, delegar parte de sua competência a outros órgãos ou titulares, ainda que estes não lhe sejam hierarquicamente subordinados, quando for conveniente, em razão de circunstâncias de índole técnica, social, econômica, jurídica ou territorial.
- 52** É lícita a delegação de competência para a edição de atos de caráter normativo.
- 53** Os atos do processo administrativo não dependem de forma determinada, senão quando a lei expressamente a exigir.
- 54** Inexistindo disposição específica, os atos do órgão ou da autoridade responsável pelo processo e dos administrados que dele participem devem ser praticados no prazo de quinze dias, salvo motivo de força maior.
- 55** Quando a matéria do processo envolver assunto de interesse geral, o órgão competente poderá, mediante despacho motivado, abrir período de consulta pública para manifestação de terceiros, antes da decisão do pedido, se não houver prejuízo para a parte interessada.

Considerando a Constituição Federal de 1988 julgue os itens de **56** a **65**, a respeito dos servidores públicos.

56 Apenas a União poderá instituir um conselho de política de administração e remuneração de pessoal, integrado por servidores designados pelos respectivos Poderes.

57 A União, os estados e o Distrito Federal manterão escolas de governo para a formação e o aperfeiçoamento dos servidores públicos, constituindo-se a participação nos cursos um dos requisitos para a promoção na carreira, facultada, para isso, a celebração de convênios ou contratos entre os entes federados.

58 Os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário publicarão anualmente os valores do subsídio e da remuneração dos cargos e empregos públicos.

59 É lícita a incorporação de vantagens de caráter temporário ou vinculadas ao exercício de função de confiança ou de cargo em comissão à remuneração do cargo efetivo.

60 O regime próprio de previdência social dos servidores titulares de cargos efetivos terá caráter contributivo e solidário, mediante contribuição do respectivo ente federativo, de servidores ativos, de aposentados e de pensionistas, observados critérios que preservem o equilíbrio financeiro e atuarial.

61 As regras para cálculo de proventos de aposentadoria dos servidores públicos serão disciplinadas em lei federal.

62 Poderão ser estabelecidos por lei complementar do respectivo ente federativo idade e tempo de contribuição diferenciados para aposentadoria de servidores com deficiência, previamente submetidos à avaliação biopsicossocial realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar.

63 A lei poderá estabelecer formas de contagem de tempo de contribuição fictício.

64 Aplica-se ao agente público ocupante, exclusivamente, de cargo em comissão declarado em lei de livre nomeação e exoneração, de outro cargo temporário, inclusive mandato eletivo, ou de emprego público, o Regime Geral de Previdência Social.

65 São estáveis após cinco anos de efetivo exercício os servidores nomeados para cargo de provimento efetivo em virtude de concurso público.

Quanto à Constituição Federal de 1988, julgue os itens de **66** a **70**, acerca dos direitos sociais.

66 São direitos sociais: a educação; a saúde; a alimentação; o trabalho; a moradia; o transporte; o lazer; a segurança; a previdência social; a proteção à maternidade e à infância; a assistência aos desamparados.

67 Todo brasileiro, desde que nato, em situação de vulnerabilidade social terá direito a uma renda básica familiar, garantida pelo poder público em programa temporário de transferência de renda.

68 A lei não poderá exigir autorização do Estado para a fundação de sindicato, ressalvado o registro no órgão competente, vedadas ao poder público a interferência e a intervenção na organização sindical.

69 É assegurado o direito de greve, competindo aos trabalhadores decidir sobre a oportunidade de exercê-lo e sobre os interesses que devam, por meio dele, defender.

70 É vedada a participação dos trabalhadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

A respeito dos atos administrativos, julgue os itens de **71 a 80**.

- 71** Partindo-se da ideia da divisão de funções entre os três Poderes do Estado, pode-se dizer, em sentido amplo, que todo ato praticado no exercício da função administrativa é ato da Administração.
- 72** Pelo critério funcional, ato administrativo é o que dita os órgãos administrativos, ficando excluídos os atos provenientes dos órgãos legislativo e judicial, ainda que tenham a mesma natureza daqueles.
- 73** Pelo critério subjetivo, ato administrativo é somente aquele praticado no exercício concreto da função administrativa, seja ele editado pelos órgãos administrativos ou pelos órgãos judiciais e legislativos.
- 74** O ato administrativo pode ser definido como a declaração do Estado, ou de quem o represente, que produz efeitos jurídicos imediatos, com observância da lei, sob regime jurídico de direito público e sujeita a controle pelo Poder Judiciário.
- 75** A presunção de legitimidade diz respeito à conformidade do ato com a lei e, em decorrência desse atributo, presumem-se, independentemente de prova em contrário, que os atos administrativos foram emitidos com observância da lei.
- 76** A presunção de veracidade diz respeito aos fatos e, em decorrência desse atributo, presumem-se verdadeiros os fatos alegados pela Administração.
- 77** Imperatividade é o atributo pelo qual os atos administrativos se impõem a terceiros, independentemente de sua concordância.
- 78** A imperatividade é atributo inerente a todos os atos administrativos.
- 79** A autoexecutoriedade consiste em um atributo pelo qual o ato administrativo pode ser posto em execução pela própria Administração Pública, sem necessidade de intervenção do Poder Judiciário.
- 80** A tipicidade é o atributo pelo qual o ato administrativo tem forma livre, podendo ser praticado mediante critérios de conveniência e oportunidade da Administração.

Acerca do uso e do abuso de poder, julgue os itens de **81 a 85**.

- 81** Uso do poder é a utilização normal, pelos agentes públicos, das prerrogativas que a lei lhes confere.
- 82** Abuso de poder é a conduta ilegítima do administrador, quando atua fora dos objetivos expressamente traçados na lei, não sendo admitidas restrições implícitas ao exercício do poder.
- 83** Excesso de poder é a forma de abuso própria da atuação do agente fora dos limites de sua competência administrativa.
- 84** Ao agir com abuso de poder, por qualquer de suas formas, o agente submeterá sua conduta à revisão, judicial ou administrativa.
- 85** O desvio de poder é a modalidade de abuso em que o agente busca alcançar exatamente o fim que a lei lhe permitiu, mas o faz de forma ou por meio ilegal.

Considerando o Código de Trânsito Brasileiro, julgue os itens de **86** a **95**, a respeito da sinalização de trânsito.

86 A sinalização será colocada em posição e condições que a tornem perfeitamente visível e legível durante o dia e a noite, em distância compatível com a segurança do trânsito, conforme as normas e as especificações da Polícia Rodoviária Federal.

87 A responsabilidade pela instalação da sinalização nas vias internas pertencentes aos condomínios constituídos de unidades autônomas e nas vias e áreas de estacionamento de estabelecimentos privados de uso coletivo é do município, mediante solicitação do proprietário.

88 Nas vias públicas e nos imóveis, é proibido colocar luzes, publicidade, inscrições, vegetação e mobiliário que possam gerar confusão, interferir na visibilidade da sinalização e comprometer a segurança do trânsito.

89 É proibido afixar sobre a sinalização de trânsito e respectivos suportes, ou junto a ambos, qualquer tipo de publicidade, inscrições, legendas e símbolos que não se relacionem com a mensagem da sinalização.

90 A afixação de publicidade ou de quaisquer legendas ou símbolos ao longo das vias é terminantemente vedada.

91 O órgão ou a entidade de trânsito com circunscrição sobre a via poderá retirar ou determinar a imediata retirada de qualquer elemento que prejudique a visibilidade da sinalização viária e a segurança do trânsito, com ônus para quem o tenha colocado.

92 Os locais destinados pelo órgão ou pela entidade de trânsito com circunscrição sobre a via à travessia de pedestres deverão ser sinalizados com placas próprias, sendo vedada a utilização de faixas pintadas ou demarcadas no leito da via.

93 As vias pavimentadas poderão ser entregues após sua construção, ou reabertas ao trânsito após a realização de obras ou de manutenção, após a instalação de sinalização vertical, sendo dispensável a sinalização horizontal.

94 A insuficiência da sinalização de trânsito é circunstância que afasta a aplicação das sanções previstas no Código de Trânsito Brasileiro.

95 O órgão ou a entidade de trânsito com circunscrição sobre a via é responsável pela implantação da sinalização, respondendo por sua falta, insuficiência ou incorreta colocação.

A respeito do Código de Trânsito Brasileiro, julgue os itens de **96** a **100**, acerca das infrações à legislação de trânsito, das penalidades e dos recursos.

96 O agente da autoridade de trânsito competente para lavrar o auto de infração poderá ser servidor civil, estatutário ou celetista ou, ainda, policial militar designado pela autoridade de trânsito com jurisdição sobre a via no âmbito de sua competência.

97 Não há infração de circulação, parada ou estacionamento relativa aos veículos destinados a socorro de incêndio e salvamento, aos de polícia, aos de fiscalização e operação de trânsito e às ambulâncias, desde que identificados ostensivamente.

98 Na notificação de autuação e no auto de infração, quando valer como notificação de autuação, deverá constar o prazo para apresentação de defesa prévia, que não será inferior a noventa dias, contado da data de expedição da notificação.

99 Caso a defesa prévia seja indeferida ou não seja apresentada no prazo estabelecido, será aplicada a penalidade e expedida a notificação ao proprietário do veículo ou ao infrator, por remessa postal ou por qualquer outro meio tecnológico hábil que assegure a ciência da imposição da penalidade.

100 O recurso contra a imposição de multa poderá ser interposto no prazo legal, condicionado ao recolhimento de seu valor.

À luz da Lei n.º 13.639/2018, julgue os itens de **101 a 110**.

- 101** O Conselho Federal dos Técnicos Industriais (CFT) e os Conselhos Regionais dos Técnicos Industriais (CRTs) são fundações públicas com autonomia administrativa e financeira e estrutura federativa.
- 102** O CFT e os CRTs terão sua estrutura e seu funcionamento definidos em regimento interno próprio, aprovado pela maioria absoluta de seus conselheiros.
- 103** O CFT e os CRTs serão integrados, exclusivamente, por brasileiros natos cujos diplomas profissionais estejam registrados de acordo com a legislação em vigor.
- 104** O CFT é composto da diretoria executiva, da secretaria-geral e da tesouraria.
- 105** O mandato dos membros dos Conselhos Federais terá duração de quatro anos, admitida uma reeleição.
- 106** O plenário dos Conselhos Regionais será composto de, no mínimo, doze e, no máximo, 48 conselheiros regionais, acrescido dos membros da diretoria executiva, observado o quantitativo de profissionais inscritos em cada Conselho.
- 107** Não será efetuado termo de responsabilidade técnica sem o prévio recolhimento da taxa do termo de responsabilidade técnica pela pessoa física do profissional ou pela pessoa jurídica responsável.
- 108** O processo disciplinar no âmbito do CFT e dos CRTs somente poderá ser instaurado de ofício.
- 109** Cabe a cada Conselho Regional a emissão do registro da carteira de identificação para o exercício das atividades do técnico industrial que estabelecer domicílio profissional no respectivo território, prevalecendo o domicílio da pessoa física.
- 110** O CFT e os CRTs serão auditados anualmente por auditoria independente e os resultados serão divulgados para conhecimento público.

De acordo com o Código de Ética e Disciplina do Técnico Industrial, julgue os itens de **111 a 120**.

- 111** O técnico industrial é um profissional liberal, o qual exerce atividades intelectuais de interesse público e alcance social mediante complexa relação de trabalho, devendo deter, por formação, um conjunto sistematizado de conhecimentos das artes, das ciências e das técnicas, assim como das teorias e práticas específicas de técnico em sua área de formação.
- 112** Os técnicos industriais devem manter e desenvolver seus conhecimentos preservando independência, parcialidade, integridade e competência profissional, de modo a contribuir para a categoria por meio do desempenho de suas atribuições específicas.
- 113** Os técnicos industriais devem defender os direitos fundamentais da pessoa humana, expressos na Constituição brasileira e em acordos internacionais.
- 114** O técnico industrial é autorizado a assumir responsabilidades profissionais que extrapolem os limites de suas atribuições, habilidades e competências, em seus respectivos campos de atuação, desde que seja em regime de urgência.
- 115** Os técnicos industriais devem, no exercício das atividades profissionais, zelar pela conservação e preservação do patrimônio público e privado.
- 116** O técnico industrial autor de projeto ou responsável pela execução de serviço ou obra deve resguardar o sigilo a respeito da atividade realizada, somente a identificando mediante autorização judicial.
- 117** Os técnicos industriais devem empregar esforços para assegurar o atendimento das necessidades humanas referentes à funcionalidade, à economicidade, à durabilidade, ao conforto, à higiene e à acessibilidade das obras e dos serviços prestados.
- 118** Nas relações contratuais, o técnico industrial deve exercer suas atividades profissionais de maneira parcial, de acordo com as vontades e determinações do contratante, respeitando as leis, os contratos e as normas técnicas estabelecidas.
- 119** Os técnicos industriais devem considerar a profissão como uma atividade mercantil com fins privados.
- 120** Constitui-se infração ética todo ato cometido pelo profissional que atente contra os princípios éticos, descumpra os deveres do ofício, pratique condutas expressamente vedadas ou lese direitos reconhecidos de outrem.